

Índice Sistemático

Sobre os Autores	V
Obra dos Autores	VII
Nota dos Autores à 9ª Edição	XI
Nota dos Autores à 8ª edição	XIII
Nota dos Autores à 7ª Edição	XV

Primeira Parte JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

Joel Dias Figueira Júnior

Introdução: A Crise Jurídica e Judiciária	5
1. O acesso à justiça x efetividade do processo e o microsistema dos Juizados Especiais Estaduais .	5
1.1 Municipalização da justiça – justiça participativa e coexistencial	11
1.1.1 A crise da jurisdição	11
1.1.2 As formas alternativas de resolução de controvérsias ou Alternative Dispute Resolutions (ADR) – equivalentes jurisdicionais	14
1.1.3 Justiça participativa e coexistencial	16
1.1.4 Descentralização (municipalização) da justiça	19
1.1.5 Jurisdição difusa: câmaras de autocomposição	20
1.1.6 Acordos não jurisdicionalizados com força de título (judicial ou extrajudicial)	21
Capítulo I – Disposições Gerais	22
Art. 1º	22
1. Da criação dos Juizados	22
2. Aplicação subsidiária das normas processuais insculpidas no Código de Processo Civil	25
3. Das atribuições dos Juizados	28
4. Das unidades jurisdicionais com competência cumulativa	28
5. O “sistema” dos Juizados Especiais	29
Art. 2º	31
1. Dos princípios processuais	31

2. Da oralidade	33
3, 4, 5 e 6. Da simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade	36
7 e 8. Da autocomposição (conciliação e transação)	37
Capítulo II – Dos Juizados Especiais Cíveis	40
Seção I – Da Competência	40
Art. 3º	40
1. Da competência: aspectos gerais	41
1.1 Problemas de interpretação e questões controvertidas	41
1.2 Competência absoluta ou relativa? Obrigatoriedade ou opção procedimental?	42
1.3 Competência relativa e procedimento opcional. Vantagens e desvantagens na escolha do rito sumaríssimo	48
1.4 Da competência mista (“absoluta”) em face de lei local	53
1.5 Da limitação de valor para as matérias enumeradas no inciso II do art. 3º (= art. 275, II, do CPC/1973) – critérios para a fixação da competência	55
1.6 Inexistência de limite valorativo para a ação de despejo para uso próprio	60
1.7 Da existência de limite valorativo para os títulos executivos judiciais	61
1.8 Dos conflitos de competência	61
1.9 Da prorrogação da competência	64
1.10 Da conexão e da prevenção	65
2. Competência e atribuição dos Juizados	67
3. Complexidade da causa	67
4. O valor da causa	69
4.1 Conceito	69
4.2 A relevância do tema no Direito brasileiro	70
4.3 Analogia entre o inciso I do art. 3º da Lei n. 9.099/1995 e o inciso I do art. 275 do CPC/1973 – breve aceno histórico	70
4.4 A competência definida com base no valor de alçada e a complexidade da matéria – critério misto para a definição da competência e o rol de matérias do art. 3º meramente exemplificativo	71
4.5 Da impugnação ao valor da causa	73
4.6 Os princípios da originalidade, obrigatoriedade e definitividade	73
4.7 O critério legal	74
4.8 O princípio da livre valoração	75
5. Competência em razão da matéria. Análise do inciso II deste dispositivo após a vigência da Lei n. 9.245/1995, que instituiu o procedimento sumário, e o advento do CPC/2015	76
6. Locação e ação de despejo	79
7. Ações possessórias	81
7.1 Aspectos processuais e procedimentais relativos às demandas interditais imobiliárias e mobiliárias sob o prisma da Lei n. 9.099/1995	81
7.2 Das ações possessórias imobiliárias e mobiliárias	83
7.3 Das ações de imissão de posse e reivindicatória	84
8. O valor da causa nas ações possessórias	85
8.1 Os diversos critérios de fixação do valor da causa possessória	85
8.2 O critério baseado no valor de lançamento do imposto	86
8.3 O objeto da ação como base ideal de valoração – a nossa concepção	87
9. Da competência para promover a execução de título judicial e extrajudicial	88

9.1 Aspectos gerais destacados	88
9.2 Análise do princípio da perpetuatio iurisdictionis e a questão das demandas pendentes em fase de liquidação e execução de sentença	88
9.3 Competência para execução das sentenças criminais de natureza civil indenizatória	89
10. Da exclusão da competência	90
11. Opção pelo procedimento especial sumaríssimo dos Juizados	91
12. Opção pelo procedimento especial dos Juizados e renúncia ao crédito excedente	91
13. Proposta legislativa para modificação do art. 3º da Lei n. 9.099/1995	92
Art. 4º	94
1. Competência de foro	94
Seção II – Do Juiz, dos Conciliadores e dos Juizes Leigos	95
Art. 5º	95
1. Direção do processo	95
2. Poderes do juiz e princípio dispositivo	96
3. Da valoração das provas e do direito baseada em regras de experiência comum ou técnica	99
Art. 6º	101
1. Decisão justa e equânime	101
Art. 7º	106
1. Da denominação utilizada pelo legislador para indicar os novos auxiliares da justiça	106
2. Dos auxiliares da justiça	107
3. Do recrutamento dos conciliadores e juízes instrutores (ou leigos)	107
4. Do impedimento ao exercício da advocacia	109
5. Da não existência de incompatibilidade entre as funções de advogado e de auxiliar da justiça	109
Seção III – Das Partes	113
Art. 8º	113
1. Da capacidade de estar em juízo. Pressupostos processuais de validade	113
2. Da exclusão das pessoas jurídicas do polo ativo da demanda	115
3. A questão dos condomínios, espólios, entidades beneficentes, assistenciais e sociedades civis sem fins lucrativos	116
4. Pedido contraposto por pessoa jurídica	117
5. A exclusão das pessoas naturais cessionárias de pessoas jurídicas. Da cessão de crédito real ou fictícia	118
6, 7 e 8. Da capacidade das pessoas jurídicas para integrar o polo ativo	120
9. Da capacidade do maior de 18 anos de idade para estar em juízo por si só e a questão do pedido contraposto	121
Art. 9º	122
1. Da assistência facultativa de advogado e sua constitucionalidade	122
2. Da obrigatoriedade do patrocínio da causa por advogado	126
3. Do equilíbrio processual e da paridade entre os litigantes: imprescindibilidade de representação por advogado em face do sujeito passivo da demanda	126

4. Da imprescindibilidade de representação por advogado diante da complexidade da causa	127
5. Mandato verbal ou escrito	127
6. Representação da pessoa jurídica por preposto credenciado	128
Art. 10.	128
1. Intervenção de terceiros, assistência e <i>amicus curiae</i>	128
2. Do litisconsórcio	131
Art. 11.	131
1. Da intervenção do Ministério Público	131
Seção IV – Dos Atos Processuais	132
Art. 12	132
1. Dos atos processuais	132
1.1 Atos das partes	132
1.2 Atos e pronunciamentos judiciais	132
2. Do tempo e do lugar dos atos processuais	134
Art. 13	134
1. Princípio da instrumentalidade das formas	134
2. Da inexistência de nulidade sem prejuízo às partes	135
3. Dos atos processuais em comarcas distintas	135
4. Dos registros dos atos processuais	136
5. Das disposições das normas de organização judiciária	137
Seção V – Do Pedido	137
Art. 14.	137
1. Da propositura da ação	137
2. Requisitos e emenda da petição inicial, tipos de pedido e pedido de desconsideração da personalidade jurídica	137
3. Modificação do pedido ou da causa de pedir	138
4. Pedido inicial e fato superveniente	140
5. Qualificação das partes	141
6. Causa de pedir	141
7. Pedido e valor da causa	142
8. Das provas e do seu requerimento	142
9. Pedido genérico	143
10. Do requerimento oral	143
Art. 15.	143
1. Tipos de pedido e alternatividade	143
2. Alternatividade do pedido e escolha do devedor	144
3. Pedido sucessivo	144
4. Pedido sucessivo e pedido alternativo	146
5. Cognição sucessiva e cognição alternativa	147
6. Cúmulo de pretensões	149

Art. 16	151
1. Dos trâmites processuais preliminares	151
2. Da audiência de conciliação, instrução e julgamento	151
Art. 17	153
1. Do primeiro comparecimento espontâneo e simultâneo das partes em juízo	153
2. Pedidos contrapostos e momento para oferecimento de resposta	153
Seção VI – Das Citações e Intimações	154
Art. 18	154
1. Citação e suas modalidades	154
2. Citação postal de pessoa física	155
3. Citação postal de pessoa jurídica	156
4. Citação por oficial de justiça	157
5. Conteúdo da citação e prazo mínimo entre a comunicação e a audiência	157
6. Da citação editalícia	159
7. Do comparecimento espontâneo do réu	159
Art. 19	159
1. Das intimações e da contagem dos prazos	160
2. Da ciência dos atos praticados em audiência	160
3. Da mudança de endereço e seus efeitos	160
Seção VII – Da Revelia	161
Art. 20	161
1. Efeitos decorrentes do não comparecimento do réu à audiência	161
2. Da revelia e seus efeitos	163
Seção VIII – Da Conciliação e do Juízo Arbitral	165
Art. 21	165
1. Vantagens da autocomposição	165
2. Da advertência a respeito da renúncia de crédito excedente	166
Art. 22	167
1. Das atividades conciliatórias	167
2. Da presidência dos trabalhos	167
3. Da homologação do acordo	168
4. Da possibilidade de realização de videoconferências nos Juizados Especiais Cíveis	168
Art. 23	168
1. Do julgamento antecipado em face da revelia	169
Art. 24	169
1. Da opção pela arbitragem. Breves considerações distintivas e comparativas entre o regime arbitral instituído pela Lei n. 9.307/1996 e a Lei n. 9.099/1995	169
2. Da instauração da arbitragem	171

3. Da escolha do árbitro	172
Art. 25	172
1. “Critérios” na condução da arbitragem	172
Art. 26	173
1. Da entrega do “laudo” arbitral e sua homologação por sentença irrecorrível	173
2. Nulidades do “laudo” arbitral e recusa judicial à homologação	174
Seção IX – Da Instrução e Julgamento	174
Art. 27	174
1. Realização imediata da instrução e julgamento	175
2. Razões impeditivas à instauração imediata da audiência de instrução e julgamento	175
3. Da designação de nova data para o prosseguimento da audiência	176
Art. 28	176
1. Das atividades instrutórias	176
2. Da sentença proferida em audiência	177
Art. 29	178
1. Momento processual oportuno à decisão das questões incidentes	178
2. Das questões objeto de conhecimento na sentença	179
3. Da juntada de documentos e manifestação sobre eles	179
Seção X – Da Resposta do Réu	179
Art. 30	179
1. Da forma de oferecer “contestação” e momento processual oportuno para responder	180
2. Do prazo para oferecimento de resposta	181
3. Conteúdo da resposta	182
4. Das exceções	183
Art. 31	183
1. Da proibição de reconvir	183
2. Reconvenção e pedidos contrapostos	184
3. Da manifestação do autor sobre a resposta do réu	187
Seção XI – Das Provas	187
Art. 32	187
1. Meios probatórios e sua admissibilidade	187
2. Tipos de prova	188
Art. 33	189
1. Momento processual oportuno à produção de provas	189
2. A questão da tempestividade para o requerimento de produção de provas	190
3. Poderes instrutórios do juiz	190

Art. 34	192
1. Limite máximo do número de testemunhas	192
2. Do comparecimento das testemunhas	193
3. Do prazo para apresentação de pedido de intimação das testemunhas	193
4. Da condução da testemunha	193
Art. 35	194
1. Complexidade da matéria e prova técnica	194
2. Da realização da prova técnica	197
3. Da inspeção judicial	197
Art. 36	198
1. Dos termos em audiência e seu registro	198
Art. 37	199
1. Do juiz instrutor e seus poderes	199
Seção XII - Da Sentença	200
Art. 38	200
1. Conteúdo da sentença	200
2. Da coisa julgada	202
3. Julgamento de mérito conforme o estado inicial do processo	202
4. Da liquidez da sentença	204
Art. 39	205
1. Da ineficácia da sentença	205
2. Prestações periódicas ou de trato sucessivo	206
3. Exceção ao limite de alçada em face da incidência de juros e correção monetária	207
4. Exceção ao limite de alçada em face da sucumbência, da aplicação de pena pecuniária por litigância de má-fé ou prática de ato atentatório à dignidade da justiça, das <i>astreintes</i> e da multa por não pagamento espontâneo decorrente de condenação por quantia certa	209
5. Modificações do salário mínimo	211
6. Da advertência a respeito da renúncia de crédito excedente	212
Art. 40	212
1. Sentença proferida por juiz instrutor (ou leigo)	212
2. Juiz togado e sentença <i>ad referendum</i>	213
Art. 41	213
1. Recursos e meios de impugnação	214
1.1 Considerações gerais sobre os meios de impugnação nos Juizados Especiais Cíveis	214
1.2 Da apelação	216
1.3 Do agravo por instrumento	217
1.4 Do mandado de segurança e <i>habeas corpus</i>	223
1.5 Do pedido de reconsideração	228
1.6 Da reclamação ou correição parcial	230
1.7 Da reclamação destinada a dirimir divergência entre acórdão prolatado por turma recursal estadual e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça	232
1.7.1 Breve relato histórico	232

1.7.2	Da inconstitucionalidade e da ilegalidade da Resolução STJ/GP n. 3, de 7 de abril de 2016	236
1.8	Decisões não unânimes, embargos de divergência e a técnica do julgamento estendido	245
1.9	Uniformização de jurisprudência	245
1.10	Do incidente de arguição de inconstitucionalidade	252
1.11	Do incidente de resolução de demandas repetitivas	253
1.12	Do incidente de assunção de competência	254
1.13	Da reclamação prevista no Código de Processo Civil	254
2.	Da competência restritiva do Colégio Recursal	255
3.	Da composição do Colégio Recursal	257
4.	Da indispensabilidade de advogado em segundo grau de jurisdição	259
5.	Do julgamento monocrático em sede recursal	261
Art. 42	261
1.	Do prazo de interposição do recurso	261
2.	Fundamentação e forma do recurso	262
3.	Do preparo e da deserção	262
4.	Da resposta ao recurso	263
5.	Indeferimento da petição inicial e reforma de ofício da sentença	263
6.	Do recurso em razão de julgamento de mérito conforme o estado inicial do processo	263
Art. 43	264
1.	Controle de admissibilidade do recurso	264
2.	Efeitos decorrentes do recebimento do recurso	265
Art. 44	266
1.	Da transcrição das fitas magnéticas	266
Art. 45	267
1.	Da intimação da data do julgamento	267
Art. 46	267
1.	Da forma e fundamentação do acórdão	267
2.	Recursos e meios de impugnação	268
Art. 47. (Vetado.)	268
Seção XIII – Dos Embargos de Declaração	268
Art. 48	268
1.	Do cabimento dos embargos de declaração	269
2.	Da obscuridade, contradição e omissão.	270
3.	Da correção <i>ex officio</i> de erro material	272
Art. 49	272
1.	Da forma e do prazo de interposição dos embargos declaratórios	272
Art. 50	272
1.	Da interrupção do prazo para a interposição de recurso	272

Seção XIV – Da Extinção do Processo sem Julgamento do Mérito	273
Art. 51	273
1. Extinção ou redistribuição do processo?	273
2. Extinção do processo e suas hipóteses	274
3. Contumácia do autor e efeitos decorrentes da ausência das partes em qualquer fase da audiência de conciliação, instrução e julgamento	275
4. Incompatibilidade procedimental	276
5. Incompetência territorial	277
6. Impedimentos supervenientes	277
7 e 8. Falecimento das partes	279
9. Extinção sem intimação pessoal	279
10. Ausência do autor decorrente de força maior	280
Seção XV – Da Execução	281
Art. 52	281
1. Do processamento da execução de título judicial	282
2. Da liquidez da sentença	284
3. Da conversão dos índices	284
4. Da intimação da sentença e do ato de instar	285
5. Do descumprimento da sentença e da autoexecutividade do título judicial	285
6. Da execução da obrigação de entregar, de fazer ou não fazer	287
7. Da alienação forçada de bens provenientes de constrição judicial	289
8. Da publicação de editais de praça e leilão	290
9. Dos embargos à execução, à arrematação, à adjudicação e de terceiro	290
Art. 53	291
1. Dos limites e do processamento da execução de título extrajudicial	292
2. Da audiência de conciliação, instrução e julgamento	293
3. Da composição judicial amigável e da adjudicação	293
4. Efeitos da rejeição dos embargos ou da inexistência de oposição	294
5. Da inexistência de bens penhoráveis e seus efeitos	294
6. Do arresto de bens do devedor não localizado	295
Seção XVI – Das Despesas	296
Art. 54	296
1. Do amplo acesso à justiça, gratuidade e princípio da sucumbência	296
2. Das despesas processuais em grau de recurso	299
Art. 55	300
1. Da inexistência de sucumbência (como regra) no processo cognitivo em primeiro grau de jurisdição	300
2. Litigância de má-fé, prática de ato atentatório à dignidade da justiça e sucumbência	301
3. Da sucumbência em segundo grau de jurisdição	301
4. Das despesas e honorários no processo de execução	302

Seção XVII – Disposições Finais	303
Art. 56	303
1. Das curadorias e assistência judiciária	303
Art. 57	303
1. Da validade jurídica do acordo extrajudicial	303
Art. 58	305
1. Da extensão das hipóteses de conciliação	305
Art. 59	306
1. Ação rescisória, ação anulatória, recurso especial e recurso extraordinário	306
1.1 Ação rescisória	306
1.2 Ação anulatória	307
1.3 Recurso especial	308
1.4 Recurso extraordinário	310

Segunda Parte

JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS

Fernando da Costa Tourinho Neto

Introdução	319
1. O Direito, a Liberdade, a Justiça, o Homem e o Criminoso, o Respeito à dignidade da pessoa humana	319
1.1 O Direito	319
1.2 A liberdade	319
1.3 A justiça	320
1.4 O homem, o criminoso e o respeito à dignidade da pessoa humana	320
1.5 Suspeito, indiciado, acusado e autor do fato	323
1.5.1 Suspeito e indiciado	323
1.5.2 Réu ou acusado	325
1.5.3 Autor do fato	325
1.6 A pena de talião. Desrespeito à pessoa humana	325
1.7 Justiça morosa, negativa a seu acesso efetivo	326
2. O microsistema processual	327
2.1 Origem, criação e instituição dos Juizados Especiais Estaduais e Federais	327
3. Os Juizados e a pandemia	331
4. Os Juizados e a era digital	331
Capítulo III – Dos Juizados Especiais Criminais	333
Disposições Gerais	333
Art. 60	333
1. Composição. Juízes togados. Juízes leigos	333
2. Conciliação	336
3. Julgamento	337

4. Execução	337
5. Jurisdição e competência	337
6. As regras de conexão e continência	337
Art. 61	337
1. Critério para determinar o que seja delito de menor potencial ofensivo	338
2. As contravenções penais	339
2.1 Crime, contravenção e reincidência	343
2.2 A competência dos Juizados e as contravenções com pena superior a dois anos	343
3. Derrogação do art. 61, da Lei n. 9099/1995, antes da Lei n. 11313/2006	344
4. O Juizado e o crime de bagatela	345
5. Concurso de crimes	347
6. Crime continuado. Fixação da pena	348
7. As circunstâncias	348
8. A elementar	349
8.1 A tentativa e o máximo da pena	349
9. O crime complexo	350
10. O crime de estupro e a lesão corporal leve	351
11. A desclassificação da tentativa de homicídio para lesão leve, pelo Tribunal do Júri	352
12. Os crimes de menor potencial ofensivo previstos em normas com ritos especiais	353
13. O Juizado Especial e os crimes de ação penal privada	354
14. O Juizado Especial e os crimes falimentares. Lei n. 11101, de 09.02.2005	355
15. O Juizado Especial e os crimes contra a economia popular. Lei n. 1521, de 16.12.1951	357
16. Juizado Especial e os crimes de abuso de autoridade. Lei n. 4898, de 09.12.1965	357
17. O Juizado Especial e os crimes de imprensa. Lei n. 5250, de 09.02.1967	357
18. O Juizado Especial e os crimes de tóxicos. Lei n. 11343, de 23.08.2006	358
19. O Juizado Especial e os crimes contra o Sistema Financeiro. Lei n. 7492, de 16.06.1986	359
20. O Juizado Especial e os crimes contra a criança e o adolescente. Lei n. 8069, de 13.06.1990	359
21. O Juizado Especial e os crimes contra o consumidor. Lei n. 8078, de 11.09.1990	359
22. O Juizado Especial e os crimes de sonegação fiscal. Lei n. 8137, de 27.12.1990	359
23. O Juizado Especial e o crime contra a administração pública. Lei n. 8429, de 02.06.1992	360
24. O Juizado Especial e os crimes de licitação. Lei n. 8666, de 21.06.1993	360
25. O Juizado Especial e os crimes contra a propriedade industrial. Lei n. 9279, de 14.05.1996	360
26. O Juizado Especial e os crimes de tortura. Lei n. 9455, de 07.04.1997	360
27. A atividade clandestina de telecomunicação. Lei n. 9472, de 16.07.1997, e a Lei n. 4117, de 27.08.1962	361
28. O Juizado Especial e os crimes de trânsito. Lei n. 9503, de 23.09.1997	361
29. O Juizado Especial e os crimes ambientais. Lei n. 9605, de 12.02.1998	362
30. O Juizado Especial e o Estatuto da Pessoa Idosa. Lei n. 10741, de 01.10.2003	364
31. O Juizado Especial e a lei das armas de fogo. Lei n. 10826, de 22.12.2003	366
32. O Juizado Especial e os crimes militares	366
33. O Juizado Especial e a Lei Maria da Penha. Lei n. 11340, de 07.08.2006, que cuida de mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher	366
34. Conclusão	370

Art. 62	370
1. Princípios orientadores dos Juizados Especiais	370
1.1 Princípio da oralidade	370
1.2 Princípio da simplicidade	372
1.3 Princípio da informalidade	372
1.4 Princípio da economia processual	373
1.5 Princípio da imediação	373
1.6 Princípio da concentração de atos	373
1.7 Princípio da identidade física do juiz	374
1.7.1 Exceções ao princípio da identidade física do juiz	375
1.8 Princípio da celeridade	375
2. Objetivos dos Juizados Especiais Criminais	378
2.1 Não aplicação da pena privativa de liberdade	378
2.2 Ressarcimento dos danos sofridos pela vítima	384
Seção I – Da Competência e dos Atos Processuais	389
Art. 63	389
1. Jurisdição	389
2. Competência	390
2.1 Desclassificação	392
2.2 Determinação da competência	393
2.3 Competência pela natureza da infração	393
2.4 Competência pelo lugar da infração	394
2.5 Competência pelo domicílio ou residência do réu	395
2.6 Competência pela distribuição	395
2.7 Competência pela prevenção	395
2.8 Competência pela conexão e continência	396
2.8.1 O procedimento no caso de ocorrer conexão ou continência	398
2.9 Competência por prerrogativa de função	399
2.10 <i>Perpetuatio jurisdictionis</i>	399
2.11 A ação penal privada e o lugar de propositura da ação	399
2.12 O Tribunal do Júri e o Juizado	399
2.13 Conflito de competência	400
3. Causas de competência originária dos Tribunais Regionais Federais	402
4. Competência por prerrogativa de função após a cessação da investidura	402
5. Competência delegada	403
6. Os Juizados Especiais e a extradição	403
7. Graus de jurisdição nos Juizados	404
Art. 64	405
1. Atos processuais	405
2. O princípio da publicidade e o da celeridade	405
3. Atos do juiz	409
4. Atos das partes	409
5. Atos dos serventuários	410
6. Atos praticados por terceiros	410

Art. 65	410
1. Nulidade dos atos processuais	410
1.1 Ato processual perfeito	410
1.2 Ato inexistente	411
1.3 Nulidade. Ato nulo	411
1.3.1 Princípio da finalidade	412
1.3.2 Princípio do prejuízo	412
1.3.3 Princípio da convalidação	413
1.4 Nulidade sanável	413
1.5 Nulidade originária e nulidade derivada	414
1.6 Irregularidade	414
1.7 Princípio do interesse	414
1.8 A instrumentalidade do processo	415
2. A prática dos atos processuais em outras seções judiciárias ou comarcas	415
3. Registro. Redução a termo	415
Art. 66	416
1. Atos de comunicação	416
1.1 Citação	417
1.1.1 Citação por mandado	417
1.1.2 Citação por carta precatória	418
1.1.2.1 Precatória itinerante	418
1.1.3 Citação por carta de ordem	419
1.1.4 Citação por carta rogatória	419
1.1.5 Citação por edital. Citação com hora certa	419
1.1.6 Citação via e-mail (processo virtual)	421
1.1.7 Citação por WhatsApp	422
Art. 67	424
1. Intimação e notificação	424
2. Intimação na audiência	426
Art. 68	427
1. Assistência de advogado	427
2. A falta de advertência	427
3. O comparecimento do acusado sem advogado	428
Seção II – Da Fase Preliminar	428
Art. 69	428
1. A fase preliminar	428
2. Autoridade policial	429
3. Termo circunstanciado	430
3.1 Investigação feita pelo Ministério Público	431
4. Diligências complementares	431
5. Prisão em flagrante	431
6. A prisão determinada por juiz cível por desobediência à sua ordem	432
7. Fiança	432

8. Apresentação do autor do fato ao Juizado Especial	433
9. Violência doméstica	433
10. Identificação criminal	435
Art. 70	436
1. Impossibilidade da realização da audiência preliminar	436
Art. 71	438
1. Audiência preliminar. Intimação do faltoso	438
Art. 72	438
1. A audiência preliminar	438
2. As explicações sobre a composição dos danos	440
Art. 73	441
1. A conciliação	441
1.1 Um fundo de amparo à vítima	442
1.2 Pode haver composição em que o sujeito passivo é tão somente o Estado?	443
1.3 O Ministério Público e a composição dos danos	443
1.4 Pode a tentativa de conciliação ser deprecada?	443
2. Os conciliadores	443
Art. 74	445
1. A composição dos danos	445
2. A decisão sobre o acordo	446
3. A renúncia	447
4. O não cumprimento do acordo	448
Art. 75	448
1. A ação penal. A representação	448
2. O menor de 18 anos e o direito de representação	451
3. A <i>actio civilis ex delicto</i>	452
4. Frustração da composição civil e a ação penal privada	453
Art. 76	453
1. Transação ou composição penal	453
1.1 Natureza jurídica da transação	456
1.2 O princípio da obrigatoriedade	458
1.3 A transação e os princípios processuais constitucionais	459
1.4 Requisitos para a concessão da transação	470
1.4.1 Maus antecedentes e pena restritiva de direitos ou de multa	473
1.5 A proposta de transação	474
1.5.1 Transação por precatória	475
1.6 Proposta formulada pelo autor do fato	475
1.7 Transação penal <i>ex officio</i>	476
1.8 Aplicação analógica do art. 28, do Código de Processo Penal	478
1.9 Inexistência de proposta	478
2. A transação e o Tribunal do Júri	480
3. Ação penal privada e transação	480

4. Ação penal pública, transação e composição dos danos civis	481
5. Aceitação da proposta de transação	481
6. Homologação da transação	483
7. Recurso contra sentença homologatória da transação	484
8. Efeitos da sentença homologatória	485
9. A transação nos crimes ambientais	486
10. Espécies de penas aplicáveis por força da transação	486
10.1 A aplicação da pena	488
11. Princípio da insignificância	491
12. Descumprimento do acordo	496
13. Assistente da acusação na audiência preliminar	498
14. O arquivamento	499
Seção III – Do Procedimento Sumaríssimo	499
Art. 77	499
1. O procedimento sumaríssimo	500
2. Ação penal pública incondicionada. Oferecimento da denúncia	500
2.1 A acusação	500
2.1.1 O Ministério Público e a investigação	501
2.2 O procedimento	503
2.3 Diligências imprescindíveis	503
2.4 A denúncia	503
2.4.1 Denúncia alternativa	504
2.4.2 Denúncia acríica	505
2.4.3 Aditamento	505
2.4.4 Denúncia por escrito	506
3. Exame de corpo de delito	506
4. Caso complexo	507
4.1 Complexidade verificada no curso da ação penal	508
5. Ação penal privada. Queixa	509
6. Ação penal privada subsidiária	509
Art. 78	510
1. Denúncia. Oferecimento	510
2. As testemunhas	511
2.1 Número de testemunhas	511
3. Prisão preventiva	513
3.1 Prisão para execução da pena	515
3.2 Prisão preventiva para fins de extradição	515
Art. 79	515
1. Tentativa de conciliação	515
Art. 80	516
1. Condução coercitiva	516
Art. 81	518
1. Tentativa de conciliação e proposta do Ministério Público	519

2. Resposta à acusação. Defesa	519
3. Recebimento da denúncia	521
3.1 Rejeição e não recebimento da denúncia. Diferenciação	522
3.2 Provimento do recurso interposto contra decisão que rejeita a denúncia	522
4. Provas inadmissíveis, impertinentes, excessivas ou protelatórias	522
4.1 Direito à prova	524
5. A vítima	524
6. A testemunha	525
7. O interrogatório	526
7.1 O silêncio do interrogado	526
7.2 Como é realizado o interrogatório?	527
7.3 O direito do réu de acompanhar a audiência	528
7.4 Interrogatório por videoconferência	528
7.4.1 Requisitos de admissibilidade	529
8. Audiência de instrução e julgamento	529
8.1 Réu que incrimina corréu	530
8.2 Ouvida de testemunha referida	530
8.3 Ouvida de testemunha por determinação do juiz	530
8.4 Testemunha residente fora da jurisdição do Juizado	530
8.5 Documentos apresentados no curso da audiência	531
8.6 Acusado ou querelado ausentes	531
8.7 Respeito à dignidade da vítima e das testemunhas.	531
9. Debate oral	531
10. Sentença	531
10.1 Julgar	531
10.2 Decisão acertada com delegado e membro do Ministério Público	533
10.3 Sentença. Conceito	534
10.3.1 Acusação e sentença. Princípio da correlação	535
10.3.1.1 <i>Emendatio libelli</i>	535
10.3.1.2 <i>Mutatio libelli</i>	536
11. Consequência da inobservância do procedimento	536
Art. 82	536
1. A razão dos recursos	537
2. Objetivos dos recursos	537
3. Pressupostos e requisitos dos recursos	538
3.1 Pressupostos objetivos	539
3.2 Pressupostos subjetivos	540
3.2.1 Unirrecorribilidade	540
4. Juízo de admissibilidade	540
5. Efeitos dos recursos	540
6. Apelação	541
6.1 Do cabimento da apelação	543
6.1.1 Sentença que absolve ou condena	543
6.1.2 Decisão que rejeita a denúncia ou a queixa	543
6.1.2.1 Rejeição e não recebimento da denúncia	544
6.2 Da decisão que receber a denúncia ou queixa, qual o recurso cabível?	545

6.3	Qual o recurso contra a decisão que rejeita o aditamento à denúncia?	545
6.4	Da decisão homologatória	545
6.5	Pressupostos subjetivos da apelação	545
6.6	Efeitos do recurso de apelação	546
6.7	Renúncia ao direito de apelação	546
6.7.1	Renúncia e desistência	547
7.	Recurso em sentido estrito	547
7.1	Qual o recurso admissível contra as decisões deferitórias de medidas cautelares previstas no art. 4º, da Lei n. 10259/2001?	547
8.	Embargos infringentes	548
9.	Carta testemunhável	548
10.	Recurso de ofício	548
11.	Correição parcial	549
12.	Turma Recursal	550
12.1	O procedimento de julgamento na Turma Recursal	551
12.2	Intimação pessoal do Ministério Público e dos defensores públicos	551
12.3	Motivação <i>per relationem</i>	553
12.4	Intimação da decisão de Turma Recursal	553
13.	Pedido de uniformização	554
13.1	Divergência entre decisões de Turmas da mesma região (art. 14 da Lei n. 10259/2001)	554
13.2	Divergência entre decisões de Turmas de diferentes regiões	554
13.3	Turma de Uniformização de Jurisprudência nos Juizados Estaduais	554
14.	Agravo	554
14.1	Agravo em recurso extraordinário criminal	555
14.2	Agravo na execução	555
15.	Recursos extraordinário e especial	555
15.1	Recurso especial	556
15.2	Recurso extraordinário	557
15.2.1	Procedimento do recurso extraordinário	557
Art. 83	558
1.	Embargos de declaração	558
1.1	Os defeitos da decisão	558
1.2	Finalidade dos embargos	559
1.2.1	Questionário formulado pelo embargante	560
1.2.2	Pormenor irrelevante	560
1.3	Procedimento	560
1.4	Suspensão do prazo para recurso	560
1.5	Embargos contra decisão monocrática de relator	561
1.6	Embargos com a finalidade de prequestionamento	562
1.7	Embargos procrastinatórios	562
1.8	Efeitos modificativos dos embargos	562
1.9	Rejeição in limine dos embargos e o agravo inominado	563
1.10	Órgão competente para julgar os embargos	563
1.11	Retratabilidade	564
1.12	Embargos de declaração a embargos de declaração	564
2.	Erros materiais	564
3.	Possibilidade de execução da pena após condenação em segundo grau	564

Seção IV – Da Execução	564
Art. 84	564
1. A execução	565
1.1 Prazo para pagamento da multa. Termo <i>a quo</i>	565
1.2 Pagamento parcelado e mediante desconto na remuneração do condenado	565
1.3 Cobrança da multa	565
1.4 A multa e a correção monetária	566
1.5 Extinção da punibilidade pelo pagamento	566
1.6 Registro criminal	566
1.7 A multa e a herança	566
1.8 O inadimplemento	567
1.8.1 A multa decorrente de transação e a conversão em cesta básica	567
1.9 Competência para execução	567
Art. 85	567
1. Não pagamento da multa. Consequência	567
1.1 Natureza da multa	569
1.2 A prescrição da pena de multa	569
Art. 86	569
1. A execução das penas privativas de liberdade, restritivas de direitos ou de multa cumulada com estas	569
2. A pena restritiva de direitos e sua conversão em pena privativa de liberdade	570
3. Substituição da pena privativa de liberdade por prestação pecuniária. Lei especial	571
Seção V – Das Despesas Processuais	571
Art. 87	571
1. Despesas processuais	572
2. Redução das despesas processuais	572
3. Honorários advocatícios	572
Seção VI – Disposições Finais	573
Art. 88	573
1. Da representação para os crimes de lesão corporal leve e culposa	573
2. Procedimentos originários	575
3. A falta de representação e o art. 564, III, a, do CPP	576
4. A contravenção e a representação	576
5. Desclassificação de lesão grave para leve e a representação	577
6. A lesão leve e a Justiça Militar	577
7. A representação e o crime complexo	577
8. O crime de trânsito, embriaguez ao volante	577
Art. 89	577
1. Suspensão condicional do processo	578
1.1 Requisitos para a concessão da suspensão do processo	579
2. O <i>sursis</i> processual, os concursos formal e material e a continuidade delitiva; o crime qualificado e a conexão	582

3. O crime qualificado, o conexo e a suspensão do processo	584
4. Momento da proposta de suspensão do processo	586
5. Proposta de suspensão não acolhida pelo juiz	588
6. Suspensão do processo, direito subjetivo do acusado	588
7. Ação iniciada antes da vigência da Lei n. 10259/2001 e a suspensão do processo	589
8. Erro na classificação do crime e suspensão do processo	590
9. Ação penal privada e suspensão do processo	591
10. Perdão judicial e suspensão do processo	592
11. Aceitação da proposta de suspensão do processo	592
12. Renovação da proposta de suspensão do processo	593
13. Recebimento da denúncia e suspensão do processo	593
14. Condições impostas para a suspensão do processo	593
15. Momento da concessão da suspensão do processo	596
16. Qual o recurso cabível contra a decisão que suspende ou não o processo?	596
17. Revogação obrigatória da suspensão do processo	597
18. Revogação facultativa da suspensão do processo	598
19. Extinção da punibilidade, findo o período de prova	598
20. Beneficiário sem recursos financeiros	600
21. Suspensão do processo e prova antecipada	600
Art. 90	600
1. A aplicação da Lei n. 9099/1995 e os processos já iniciados, com instrução	601
2. As ações referentes aos crimes de menor potencial ofensivo ajuizadas no Juízo Comum antes de entrar em vigor a Lei n. 10259/2001 (art. 25)	603
2.1 A <i>vacatio legis</i> (art. 27, da Lei n. 10259/2001)	603
Art. 90-A	605
1. A Lei dos Juizados e os crimes militares	605
1.1 Crime militar próprio e impróprio	606
1.2 Irretroatividade da Lei n. 9839/1999	606
Art. 91	607
1. Ação penal dependente de representação em relação aos crimes de lesões corporais leves	607
2. O prazo de trinta dias para oferecimento da representação. Processos pendentes	607
2.1 A decadência	609
2.2 A intimação da vítima	610
Art. 92	610
1. Aplicação subsidiária dos Códigos Penal e de Processo Penal	610
2. Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil	612
Capítulo IV – Disposições Finais Comuns	612
Art. 93	612
1. Os estados e os Juizados Especiais	612
1.1 Da competência dos Estados em sede de Juizados Especiais	612
1.2 Qual a diferença entre processo e procedimento?	615
1.3 Sistema de Juizados Especiais Cíveis e Criminais	616

1.3.1	A estrutura do Juizado	616
1.3.1.1	Juizado Especial Adjunto	617
1.3.1.2	Juizados Itinerantes	617
1.3.2	Juizados Especiais Federais. Organização. Peculiaridades	617
1.3.3	Juizados Especiais Estaduais. Organização	618
Art. 94	618
1.	A justiça indo até os menos favorecidos	619
2.	Ocupação de instalações públicas	620
3.	Audiências previamente anunciadas	620
Art. 95	620
1.	A criação e a instalação dos Juizados	620
Art. 96	621
1.	A vigência da lei. Sistemas imediato, sincrônico ou simultâneo e sucessivo ou progressivo	621
1.1	Sistema imediato	621
1.2	Sistema sincrônico ou simultâneo	621
1.3	Sistema sucessivo ou progressivo	621
2.	A lei: elaboração, sanção, promulgação e publicação	622
2.1	Elaboração	622
2.2	Sanção	622
2.2.1	Veto	622
2.3	Promulgação	622
2.4	Publicação	622
2.5	<i>Vacatio legis</i>	623
2.5.1	A contagem do prazo de <i>vacatio legis</i>	623
2.6	Correção do texto com a republicação da lei	623
Art. 97	623
1.	Revogação	623
1.1	Ab-rogação	624
1.2	Derrogação	624
1.3	Revogação das disposições em contrário	624
1.4	A repristinação	625
2.	A revogação das Leis n. 4611/1965 e 7244/1984	625
Capítulo V – Do FONAJE	626
Capítulo VI – Ações de Impugnação nos Juizados Especiais Criminais	627
I – ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE	627
1.	Controle de constitucionalidade difuso ou incidental	627
2.	O Juizado Especial e a Turma Recursal e a apreciação de inconstitucionalidade	627
II – HABEAS CORPUS	627
1.	Histórico	627
2.	O que significa <i>habeas corpus</i> ?	628
3.	Conceito e finalidade	628

4. Natureza	629
5. Espécies	629
5.1 <i>Habeas corpus</i> de ofício	629
5.2 <i>Habeas corpus</i> liberatório	629
5.3 <i>Habeas corpus</i> preventivo	630
5.4 Alvará de soltura clausulado	630
6. A impetração	630
6.1 Impetrante	630
6.2 Paciente	630
6.3 Autoridade coatora e detentor	630
7. Meios de impetração	631
7.1 Pedido de liminar	631
8. Hipóteses de constrangimento ilegal	632
9. Pedido prejudicado	632
10. O defensivismo e a restrição ao <i>habeas corpus</i>	632
11. As operações da Polícia Federal	633
12. Recursos	634
12.1 Efeitos do recurso	635
13. O recurso de ofício	635
14. Renovação ou reiteração do pedido	635
15. Relaxamento da prisão	635
16. Impossibilidade do pedido de <i>habeas corpus</i>	635
17. A Lei dos Juizados e o <i>habeas corpus</i>	635
III – MANDADO DE SEGURANÇA	638
1. Origem	638
2. Conceito	639
3. Natureza	639
4. Pressupostos	639
5. Partes no mandado de segurança	640
5.1 Impetrante	640
5.2 Impetrado, a autoridade coatora	640
5.3 O Ministério Público	640
6. Liminar	640
7. Mandado de segurança no processo penal	641
8. Mandado de segurança contra ato judicial	641
8.1 Agravo regimental em mandado de segurança	642
9. Competência quando a autoridade judiciária for do Juizado Especial Criminal	642
10. O Ministério Público de primeiro grau e o mandado de segurança	642
11. Mandado de segurança e litisconsórcio	643
11.1 Litisconsórcio ativo	643
11.2 Litisconsórcio passivo	644
11.2.1 Extinção do processo de mandado de segurança por falta de citação do litisconsorte passivo necessário	644
11.2.2 Mandado de segurança contra decisão interlocutória do Juizado Especial	644

IV – REVISÃO CRIMINAL	645
1. Histórico	645
2. Conceito	645
3. Natureza	646
4. Causas da revisão	646
5. Requerente	646
6. Réu	647
7. Anulação da sentença	648
8. Renovação ou reiteração do pedido	648
9. Competência	648
10. Sentença homologatória e revisão	649
11. O juiz e a realidade da vida. A humanização do juiz	649
12. Juiz sem rosto	649
13. Juiz, legislador do caso concreto	650
BIBLIOGRAFIA	651
Parte Cível	651
Parte Criminal	667

ANEXOS

Fluxogramas	685
1. Procedimento sumaríssimo (e não sumaríssimo)	685
2. Processo de execução	686
3. Ação penal pública incondicionada	687
4. Ação penal pública condicionada	688
5. Ação penal privada	689
6. Procedimento sumariíssimo	690
Legislação	691
1. Constituição da República Federativa do Brasil	691
2. Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995	692
3. Lei n. 10.259, de 12 de julho de 2010	704
4. Lei n. 12.153, de 22 de dezembro de 2009	708
5. Quadro comparativo das Leis n. 12.153/2009, 10.259/2001 e 9.099/1995	711
6. Resolução STJ/GP n. 3, de 7 de abril de 2016	723
Enunciados	
1. Enunciados Cíveis	725
2. Enunciados Criminais	734
3. Enunciados da Fazenda Pública	740

ÍNDICES

1. Índice Alfabético-Remissivo	745
2. Índice Legislativo por Artigos	769
3. Índice Onomástico	783